

PROJETO DE LEI N° , DE 2024.

(De S. Ex.^a Senadora da República Mara Gabrilli – PSD/SP)

“Inscreve o nome de Francisco de Paula Rodrigues Alves no Livro dos Heróis da Pátria.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica inscrito o nome de **Francisco de Paula Rodrigues Alves** no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2024.

Senadora da República Mara Gabrilli



JUSTIFICATIVA:

O art. 1º da Lei n.º 11.597, de 29 de novembro de 2007, determina que: “O Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”.

O Panteão é depositário de um livro de aço no qual se registram os nomes dos brasileiros que tiveram destaque na história do país, de modo que a sua memória seja preservada para as futuras gerações.

Tal é um monumento à liberdade e à democracia, construído em homenagem aos expoentes da Nação e ao Ex-presidente Tancredo Neves. Foi inaugurado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 7 de setembro de 1996. Nele, repousa o Livro dos Heróis da Pátria, estrutura de aço em que se registram, com o objetivo de preservar a nossa memória e de fortalecer a identidade nacional, os nomes daqueles que se destacaram expressivamente em sua atuação pelo Brasil. Atualmente, são dezenas de brasileiras e brasileiros inscritos no livro de aço que imortaliza os heróis da Pátria.

Nesse sentido, buscamos o reconhecimento de **Francisco de Paula Rodrigues Alves**, nascido na fazenda de Pinheiro Velho, pertencente a seu avô materno, no município de Guaratinguetá (SP), no vale do Paraíba, em 7 de julho de 1848, filho de Domingos Rodrigues Alves e de Isabel Perpétua (Nhá Bela) Alves. Seu pai, português de nascimento, veio sozinho para o Rio de Janeiro em 1832 e daí mudou-se para Guaratinguetá, onde se dedicou ao comércio e à lavoura e constituiu família. Sua mãe era filha do mineiro José de Paula e Silva e de Maria Luísa dos Anjos Querido, de família da vila de Cunha (SP), onde parentes haviam participado da administração local. Seu irmão, coronel Virgílio Rodrigues Alves, foi senador estadual em São Paulo (1901-1919), vice-



presidente do estado (1920-1922) e membro da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (PRP).

Terceiro de 13 irmãos, Francisco fez os primeiros estudos em Guaratinguetá. Em 1859 foi matriculado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado a melhor escola secundária do país, onde foi colega de internato de Joaquim Nabuco. Em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Fundada em 1827, juntamente com a de Olinda, a instituição tinha então o nome de Academia de Ciências Sociais e Jurídicas e foi um celeiro de políticos, como o próprio Rodrigues Alves e seus contemporâneos Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena.

Na faculdade, destacou-se nos estudos, sempre aprovado com o grau máximo, e iniciou a militância política na ala conservadora, que se opunha à dos liberais e da qual faziam parte Rui Barbosa e Afonso Pena. Pertenceu ao grupo do jornal Imprensa Acadêmica, órgão dos conservadores, do qual foi redator-chefe em 1869 e onde escrevia sobre assuntos internacionais, de modo especial sobre a Guerra do Paraguai (1865-1870).

Entrou também para a maçonaria e foi um dos dirigentes da Burschenschaft, sociedade secreta atuante na Faculdade de Direito, da qual participaram muitos daqueles que se destacariam na política imperial e republicana. Embora a chamada “Bucha” paulista fosse liberal, abolicionista e republicana, alguns estudantes, quando se tornaram estadistas, optaram pela orientação conservadora, escravocrata e monarquista.

A loja Fraternidade, que funcionava na academia e tinha como bandeira o abolicionismo, transformou-se na associação pública Fraternidade Primeira, da qual participaram Rodrigues Alves, Rui Barbosa e o ex-escravo Luís Gama. Rodrigues Alves formou-se em 1870 e logo em seguida voltou para Guaratinguetá.

Nomeado promotor público interino, no ano seguinte foi efetivado. Sua carreira política teve início em 1872, quando foi eleito deputado provincial na



legenda do Partido Conservador, com o apoio de Francisco de Assis de Oliveira Borges, visconde de Guaratinguetá, homem rico e chefe político local. Em 1873 foi nomeado juiz municipal e primeiro substituto do juiz de direito da comarca, e no ano seguinte foi reeleito deputado provincial. Em seu primeiro mandato, defendeu o ensino obrigatório. Já no segundo, manifestou-se quanto à interpretação do Ato Adicional, à questão religiosa e ao problema servil, situando-se como um emancipacionista moderado e contrário ao projeto que criava um imposto provincial sobre escravos.

Em 1875 casou-se com sua prima-irmã Ana Guilhermina de Oliveira Borges, neta visconde de Guaratinguetá. Por seu lado, seu irmão Virgílio casou-se com Maria Guilhermina, irmã de Ana Guilhermina. Não tendo conseguido eleger-se para o biênio 1876-1877, além de prosseguir na carreira de magistrado, associou-se à sogra e ao irmão Virgílio para explorar a fazenda de café Três Barras e abriu a firma Viúva Borges e Genros. Com a decadência da produção cafeeira na região, acompanhou junto com o irmão a marcha do café para o oeste paulista, onde abriu as fazendas São Manoel, Santa Ana e Santa Maria, entre os municípios de Jaú e Bauru, e criou a firma Rodrigues Alves e Irmão.

Voltou à Assembleia provincial de 1878 a 1879, junto com os republicanos Prudente de Moraes e Martinho Prado. Em 1885 – época em que, pela Lei Saraiva, já existia o voto direto – foi eleito deputado geral. Segundo seu biógrafo Afonso Arinos de Melo Franco, sem exercer mandatos no período anterior, pôde preparar cuidadosamente suas bases políticas.

Transferindo-se com a família para o Rio de Janeiro para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, de início teve uma participação apagada, mas foi reeleito para o biênio 1887-1888. Ligou-se então à União Conservadora, ala dissidente criada no seio do Partido Conservador e liderada por Antônio Prado, que tinha como porta-voz o Correio Paulistano.

Em 8 de novembro de 1887 foi nomeado pelo gabinete Cotegipe presidente da província de São Paulo. Assumiu o governo 11 dias depois, em



um momento de séria agitação decorrente de revoltas de escravos incentivadas pelos abolicionistas. No tocante à saúde, providências foram tomadas para debelar a epidemia de varíola que assolou a cidade de Santos, porto de entrada dos imigrantes. Adotou medidas para promover a imigração, mas não conseguiu conter as rebeliões de cativos. Quando o barão de Cotegipe pediu demissão do Conselho de Ministros, em março de 1888, deixou a presidência da província e voltou à Câmara dos Deputados, onde se discutia a emancipação dos escravos.

Votou favoravelmente à Lei Áurea e, em agosto do mesmo ano, recebeu o título de conselheiro do Império, outorgado pela princesa Isabel. Nessa época, passou a ser chamado de conselheiro Rodrigues Alves e a colaborar no jornal O Debate, assinando seus artigos com o pseudônimo de Gide, quando falava de economia. Os caricaturistas da Revista Ilustrada e de O Malho insistiam na imagem de Rodrigues Alves dorminhoco.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e convocada a Assembleia Nacional Constituinte, os políticos paulistas formaram sua chapa e convidaram para integrá-la os monarquistas Rodrigues Alves e Antônio Prado, a fim de contar com sua experiência e garantir sua adesão ao novo regime. Eleito e empossado em 15 de novembro de 1890, Rodrigues Alves teve uma participação apagada, mas foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Com a transformação da Constituinte em Congresso Nacional, composto de Senado Federal e Câmara dos Deputados, foi eleito para a Comissão de Finanças desta última casa. Em 3 de novembro de 1891, o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, dissolveu o Congresso por discordar da votação da lei reguladora dos crimes de responsabilidade. O Congresso e a Marinha reagiram e, em movimento chefiado por Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk, o navio Aquidabã bombardeou o Rio de Janeiro. Em 23 de novembro Deodoro renunciou.



Em seu lugar assumiu o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, que nomeou Rodrigues Alves ministro da Fazenda, com a missão de normalizar as finanças do país em face das graves consequências da política do Encilhamento adotada pelo ministro Rui Barbosa, integrante do governo de Deodoro. Era intento do novo ministro encampar as emissões bancárias, retirar os privilégios concedidos aos bancos emissores e pôr em prática um plano de contenção, inclusive de divisas.

Em 1892, quando Floriano Peixoto recusou o plano proposto pelos banqueiros ingleses da família Rothschild para recuperar a estabilidade financeira do país, o ministro pediu demissão, sendo substituído por Serzedelo Correia. Também em 1892 a comissão executiva do PRP foi reconstruída, com Prudente de Moraes na presidência. Rodrigues Alves, ex-monarquista, passou a integrá-la.

Em março de 1893, foi eleito senador por São Paulo, para terminar o mandato de Rangel Pestana, que renunciara para assumir a presidência do Banco da República do Brasil. Suas intervenções foram sempre ligadas ao tema das finanças. Em 1894, na renovação de um terço do Senado, foi reeleito para um mandato de nove anos.

No dia 15 de novembro de 1894, tomou posse na presidência da República Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, que chegou ao cargo através de eleição direta. Rodrigues Alves renunciou então ao mandato de senador para voltar a ser ministro da Fazenda. Enquanto, na área política, Prudente de Moraes tentava pacificar o Sul do país, o ministro procurava reestruturar as finanças, defendendo internamente o papel-moeda e, externamente, o câmbio, além de negociar com bancos estrangeiros.

Em 1896, a situação do país se agravou com a queda das exportações e o aumento das importações, faltando divisas para saldar os compromissos externos. Iniciaram-se então as negociações do funding loan, empréstimo de consolidação, entre Londres e o governo brasileiro. Nesse mesmo ano, em



novembro, grave doença levou Prudente de Moraes ao afastamento da presidência, e seu vice, Manuel Vitorino, assumiu o cargo. O ministério foi reformulado e Rodrigues Alves foi substituído pelo também paulista Bernardino de Campos. Prudente de Moraes reassumiu o governo no dia 4 de março de 1897, comunicando o ato a Manuel Vitorino por meio de um bilhete lacônico, dadas as difíceis relações entre ambos.

Sua volta ao poder foi motivada pelas agitações decorrentes dos insucessos das tropas federais em Canudos. Rodrigues Alves foi reeleito senador em 26 de junho, em pleito realizado para preencher a vaga aberta com a renúncia de Cerqueira César. Em 5 de novembro, ao comparecer à recepção aos militares que retornavam de Canudos, no cais do Arsenal da Guerra, Prudente foi alvo de um atentado que custou a vida de seu ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Prudente havia sido avisado de que jacobinos, que idolatravam Floriano, ameaçavam sua vida.

Eleito presidente em março de 1898, antes de tomar posse Campos Sales viajou à Europa para ultimar negociações visando a defender o país da crise econômica que o ameaçava. No Senado, Rodrigues Alves assumiu várias vezes a tribuna para tratar de questões econômicas, além de ter proferido discurso em defesa de Prudente de Moraes. Ao ser empossado na presidência em novembro, Campos Sales instituiu a política dos governadores, ou política dos estados, buscando a concórdia partidária. Rodrigues Alves foi seu porta-voz no Senado, ao mesmo tempo que, na política paulista, era membro da comissão executiva do PRP.

Em fevereiro de 1899, estava já assentada sua ida para o governo de São Paulo sucedendo a Fernando Prestes, chefe político de Itapetininga. Rodrigues Alves foi eleito presidente de São Paulo em 15 de fevereiro e empossado em 1º de maio de 1900. Declarou em seu discurso de posse que estimularia a lavoura. Grande esforços foram despendidos para enfrentar a questão sanitária, pois grassava uma epidemia de febre amarela em alguns municípios do interior e casos de peste bubônica alarmavam Santos, porto de entrada dos imigrantes.



Como medida complementar para prevenir o saneamento, criou o Instituto Butantã, destinado à seroterapia (pesquisa de soros terapêuticos). O serviço de higiene pública no estado foi dirigido pelo sanitarista Emílio Ribas. Eram grandes as dificuldades financeiras oriundas da crise econômica causada pela baixa do preço do café nos mercados internacionais e pela superprodução decorrente da enorme expansão dos cafezais.

Para Rodrigues Alves, os problemas não se resumiam à oscilação dos preços do mercado internacional; estavam também ligados à produção. Para garantir mão de obra para a lavoura cafeeira, tomou então medidas para estimular a imigração. No início de 1902, renunciou ao governo de São Paulo para candidatar-se à presidência da República na sucessão de Campos Sales, que o apoiava. Seu vice seria o mineiro Silviano Brandão, presidente do estado de Minas Gerais.

Para governar São Paulo, indicou o republicano histórico Bernardino de Campos. Deu-se então a cisão no seio do PRP, pois nem todos os membros do partido aceitavam a política dos governadores de Campos Sales e sua imposição de candidatos ao governo dos estados, vista como autoritária. Os dissidentes propunham também a revisão da Constituição. Era um grupo de republicanos históricos que se unia em torno de Prudente de Morais.

O manifesto inaugural do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, datado de 3 de setembro de 1901, era assinado por Cerqueira César, Júlio de Mesquita, Adolfo Gordo, Alberto Sales, irmão do presidente, e Manuel de Moraes Barros, entre outros.

Apoiado por Campos Sales, Rodrigues Alves foi eleito presidente da República em 1º de março e tomou posse em 15 de novembro de 1902. O vice-presidente Silviano Brandão faleceu antes da posse e, depois de muitas tratativas, foi substituído pelo mineiro Afonso Pena. Para o Ministério do Exterior foi convidado José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, que, depois de muitas negativas, aceitou o posto. Para a Fazenda, o



indicado foi o republicano histórico Leopoldo Bulhões. Ao baiano José Joaquim Seabra coube a pasta do Interior e Justiça, e a Lauro Müller, a da Viação, Indústria e Obras Públicas. O ministro da Guerra era o general Francisco de Paula Argolo e o da Marinha, o almirante Júlio César de Noronha. Embora sem o status de ministro, Pereira Passos, Osvaldo Cruz e Paulo de Frontin foram peças fundamentais na presidência Rodrigues Alves, os dois primeiros na transformação e saneamento do Rio de Janeiro e Frontin na remodelação do porto e urbanização da cidade.

Prudente de Moraes pacificara o país, Campos Sales promovera a recuperação financeira e Rodrigues Alves teve então condições de levar avante um plano de governo reformista. Sua proposta incluía o predomínio civil, a atenção à política externa, o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, com a erradicação da febre amarela, a reurbanização da cidade, o melhoramento do porto, a expansão da rede ferroviária nacional, o incentivo à imigração, com a fixação dos estrangeiros no campo, e uma firme gestão financeira para possibilitar a realização do plano de obras.

A missão do barão do Rio Branco no Ministério do Exterior se iniciou pela questão da fixação das fronteiras, resolvida através de negociações. Começou com a questão do Acre, região de seringais que, pelo Tratado de Limites de 1867, pertencia juridicamente à Bolívia, mas fora povoada por brasileiros, sendo o único acesso às vias fluviais do sistema amazônico pertencentes ao Brasil. Uma rebelião ocorrera quando foi proclamada a República do Acre por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, exigindo a anexação do território ao Brasil. Arias acabou expulso pelas forças armadas dos dois países.

Nova rebelião ocorreu em 1902, quando o governo boliviano arrendou a área para o Bolivian Syndicate of New York, e os brasileiros decretaram o Estado Independente do Acre. A questão foi resolvida por Rio Branco através do Tratado de Petrópolis, assinado com a Bolívia e o Peru. O Brasil comprou a região, anexando o território do Acre, e comprometeu-se a indenizar o Bolivian Syndicate of New York e a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, para



possibilitar o escoamento da produção da borracha pelos portos de Manaus e Belém. Também as questões dos limites com o Peru, Colômbia e Uruguai foram resolvidas em negociações diplomáticas.

No último caso, apenas em 1909 foi assinado o tratado pelo qual o Brasil cedia ao Uruguai a soberania das águas limítrofes da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Outra iniciativa importante de Rio Branco foi a transformação da legação brasileira em Washington na primeira embaixada do Brasil. O presidente norte-americano era Theodore Roosevelt, Joaquim Nabuco foi nomeado embaixador brasileiro, e David E. Thompson veio para o Brasil como embaixador dos Estados Unidos.

Quanto à gestão financeira, a proposta do governo era sanear a moeda, honrar o crédito e firmar o câmbio em alta, condições vistas como necessárias para levar a bom termo o programa de obras, que seria em grande parte financiado por bancos estrangeiros. O ministro Leopoldo Bulhões procedeu à reforma do Tesouro e à reorganização do Banco do Brasil, que se tornou uma espécie de Banco Central, com a incumbência de regular as taxas cambiais.

O Rio de Janeiro, capital do país, era uma cidade insalubre. Ruas estreitas, becos e falta de higiene propiciavam a transmissão de doenças. Epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica ocorriam e atingiam em maior número a população de baixa renda, cujas condições de habitação eram precárias. As condições da cidade dificultavam a vinda de imigrantes e afugentavam visitantes.

Rodrigues Alves pôs em prática um projeto de melhoramento do porto do Rio de Janeiro, de reurbanização do centro e de saneamento da cidade, recorrendo para isso a importantes colaboradores. Para o melhoramento do porto, contou com a eficiência do ministro da Viação Lauro Müller. No porto do Rio de Janeiro só podiam atracar navios de pequeno calado. O embarque de passageiros era feito na Prainha (praça Mauá) ou no cais Pharoux (largo do Paço). Rodrigues Alves atribuiu prioridade à reforma do porto, que requeria



outras obras, como abertura da avenida Central e da avenida do Mangue, necessárias para o transporte de mercadorias. Para a realização do projeto foi obtido empréstimo junto ao Banco Rothschild, de Londres. A obra seria entregue em 1910. Para coordenar o processo de reformulação urbana, nomeou para a prefeitura do Distrito Federal o engenheiro Francisco Pereira Passos. A abertura da avenida Central, hoje avenida Rio Branco, marcou o início da remodelação do Rio de Janeiro, num processo que derrubou cortiços e habitações mais simples e expulsou a população mais pobre da área, o que levou à revolta popular. Ruas do centro foram alargadas e os morros do Castelo e do Senado, demolidos para abrir espaço às novas vias. Cuidou-se do abastecimento de água, da renovação da rede de esgotos e da expansão da iluminação pública. Em decorrência, usos e costumes se transformaram.

Oswaldo Cruz, médico e sanitarista, foi designado para a chefia do Departamento Nacional de Saúde Pública, com a missão de melhorar as condições sanitárias da cidade. Em novembro de 1904, promoveu uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola que desencadeou violenta reação – a chamada Revolta da Vacina – pela forma autoritária como foi feita, dado que agentes sanitários invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força. As manifestações e conflitos espalharam-se pelas ruas da cidade, populares destruíram bondes e apedrejaram prédios públicos. Em 16 de novembro de 1904, Rodrigues Alves revogou a lei da vacinação obrigatória, colocando nas ruas o Exército, a Marinha e a polícia para acabar com os tumultos.

A ordem voltou à cidade em poucos dias. Em 1906 teve lugar no Rio de Janeiro a III Conferência Pan-Americana. A delegação brasileira foi chefiada por Joaquim Nabuco e contou com a presença do secretário de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root. Os resultados da conferência foram pequenos, sendo a maior conquista a formação de uma comissão de juristas para proceder à codificação do direito internacional.

Na segunda metade de seu governo, Rodrigues Alves enfrentou uma grave crise econômica decorrente da superprodução do café, que levou à queda



dos preços do principal produto da pauta de exportações. Os políticos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, empenhados na adoção de uma política de valorização do café, propuseram o Convênio de Taubaté, que implicava uma política financeira de emissões de papel e baixa de câmbio, o que requeria a participação do governo federal.

Propuseram também a criação da Caixa de Conversão, mecanismo para fixar legalmente a taxa de câmbio de forma a evitar oscilações bruscas, prejudiciais aos exportadores. Rodrigues Alves não aceitou essas medidas, que contrariavam a política adotada, dificultando o pagamento dos empréstimos contraídos no exterior para custear as obras realizadas pelo governo.

Como o mandato presidencial terminaria em pouco tempo, adotou uma solução política e determinou que o Congresso decidisse a questão. Sua decisão de não apoiar o convênio causou o descontentamento de seus conterrâneos, mas deixou clara sua orientação política: como presidente, devia atender aos interesses do país, ainda que contrariassem interesses regionais, mesmo que de seu estado. O governo de conquistas modernizadoras de Rodrigues Alves chegou ao fim em 1906, e a sucessão foi agitada.

Seu candidato era o também paulista e republicano histórico Bernardino de Campos. Contudo, o senador gaúcho Pinheiro Machado patrocinou a candidatura do mineiro Afonso Pena, tendo como vice Nilo Peçanha, então presidente do Rio de Janeiro. Pinheiro Machado havia anteriormente tentado impor o nome de Campos Sales. Eleito em março, Afonso Pena tomou posse em 15 de novembro.

Rodrigues Alves deixou o governo sem força política, embora ovacionado, e voltou para Guaratinguetá. Em 1907, desligado de qualquer função pública, viajou à Europa com filhos e filhas. Foi a única viagem que fez ao exterior. Durante cinco anos ficaria afastado de cargos públicos, mas não da vida política. Já de volta da Europa, seu nome começou a ser cogitado para o governo de São Paulo.



Em 1909 faleceu Afonso Pena, sendo o quadriênio presidencial completado por Nilo Peçanha. Para o período seguinte, colocaram-se as candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, que desencadeou a Campanha Civilista.

Realizada a eleição em março de 1910, Rui Barbosa foi derrotado, apesar de ter recebido, em São Paulo, o apoio do grupo de ex-dissidentes e do jornal O Estado de S. Paulo. Também em 1909, o presidente do estado de São Paulo, Albuquerque Lins, passou o governo ao vice, Fernando Prestes.

Para o período seguinte foram cogitados os nomes de Fernando Prestes, sustentado por Jorge Tibiriçá, e de Olavo Egídio de Sousa Aranha, proposto pelos ex-dissidentes com o apoio de Albuquerque Lins. A escolha final recaiu sobre Rodrigues Alves, que aceitou a indicação.

Foi eleito em 1º de março de 1912, tendo como vice Carlos Guimarães, político ligado à dissidência. Uma das primeiras questões enfrentadas pelo novo governo dizia respeito à defesa do café paulista armazenado em Nova Iorque como garantia para os empréstimos referentes ao plano de valorização do Convênio de Taubaté.

O estoque estava ameaçado de sequestro pelo governo americano, que pressionava pela baixa do preço do produto, dado que uma alta deveria ocorrer com a projetada cobrança de um imposto especial sobre o café. Havia uma ameaça de retaliação contra o Brasil nos impostos alfandegários. Depois de difíceis negociações, a solução encontrada foi a venda do estoque armazenado em Nova Iorque, no prazo de seis meses. Os preços seriam os acordados no Convênio de Taubaté. O estoque foi vendido comercialmente a cidades americanas e não em leilões.

Rodrigues Alves, que fora contrário ao Convênio de Taubaté quando presidente da República, foi obrigado a defendê-lo como presidente do estado de São Paulo. Uma das obras de seu governo foi a construção da ponte sobre o



rio Tietê em Barra Bonita. A restauração da rodovia Caminho do Mar, chamada depois estrada do Vergueiro, foi iniciada.

O Gabinete de Investigações e Capturas criado em foi reorganizado, e a Polícia Civil de São Paulo foi modernizada e reequipada. Foi implantada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, tendo como diretor o médico Arnaldo Vieira de Carvalho. As primeiras aulas foram dadas em 1913. Posteriormente, em 1925, a instituição teve seu nome alterado para Faculdade de Medicina de São Paulo e em 1934 foi incorporada à recém-criada Universidade de São Paulo.

O estado físico de Rodrigues Alves fê-lo licenciar-se para tratamento, passando o governo ao vice-presidente Carlos Guimarães em 11 de outubro de 1913. Afastado do governo, acompanhava pelos jornais e por conversas com visitantes os acontecimentos nacionais e internacionais.

Quando a Primeira Guerra Mundial irrompeu, no dia 14 de agosto de 1914, logo escreveu a Carlos Guimarães e recomendou o corte de despesas, prevendo que o crédito para São Paulo ficaria mais difícil. Apenas em 4 de novembro de 1915 reassumiu o posto. O presidente a República, desde novembro de 1914, era Venceslau Brás, e o vice-presidente era o político maranhense Urbano Santos. A escolha de Venceslau resultara de um difícil processo, dado que São Paulo não aceitara o nome de Pinheiro Machado.

Campos Sales chegou a ser lembrado, mas não foi aceito, vindo a falecer em 1913. Venceslau Brás apoiou o projeto de revisão constitucional que defendia a eleição do presidente pelo Congresso e o controle dos empréstimos externos estaduais. Rodrigues Alves opôs-se firmemente à reforma, achando-a inoportuna e considerando que o presidente já dispunha de recursos necessários ao exercício do governo. Durante o governo Venceslau Brás, deu-se a segunda dissidência paulista.

A sucessão do presidente do estado de São Paulo já estava acordada em torno do nome de Rubião Júnior. Faleceu Rubião, e o grupo dos ex-dissidentes



não aceitou a indicação de Altino Arantes como candidato; propunham o adiamento da convenção até que um nome de consenso fosse encontrado. A proposta não foi aceita, desencadeando a segunda dissidência. Um dos fatos marcantes do ano de 1915 foi o assassinato do senador Pinheiro Machado, líder gaúcho e republicano histórico, criador do Partido Republicano Conservador (PRC), com grande influência em todas as sucessões presidenciais.

Pinheiro Machado foi apunhalado pelas costas por Francisco Manso Paiva, na porta do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, no dia 8 de setembro. O mandato de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo terminou em 1916, e seu substituto foi Altino Arantes. Novamente, o ex-presidente voltou a Guaratinguetá. Foi logo procurado para integrar a comissão diretora do PRP, que ficou assim composta: Rodrigues Alves (presidente), Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Pádua Sales, Carlos de Campos, Lacerda Franco, Fernando Prestes, Olavo Egídio e Rodolfo Miranda.

Com a morte do senador Francisco Glicério, Rodrigues Alves foi convidado a candidatar-se no pleito realizado em 20 de novembro de 1916 para preencher a vaga aberta na representação paulista. Pouco frequentou o Senado, mas esteve presente na sessão de 26 de outubro de 1917, na qual foi aprovado unanimemente o estado de guerra com a Alemanha. Renunciou ao mandato quando foi indicado para ser candidato a presidente da República, e sua vaga foi ocupada por Álvaro de Carvalho.

Quando se discutiam indicações para a presidência da República, o nome de Rodrigues Alves era sempre lembrado. Nesse processo, terminou a segunda dissidência, por compreenderem os situacionistas e os dissidentes que somente unida a política paulista teria condições de sustentar Rodrigues Alves como candidato presidencial. Foi então reestruturada a comissão diretora do PRP e nela tomaram lugar dois ex-dissidentes, Adolfo Gordo e Cesário Bastos.

A convenção do partido, em 7 de junho de 1917, designou Rodrigues Alves candidato à presidência e o mineiro Delfim Moreira candidato a vice.



Ambos foram eleitos em 1º de março de 1918. Desde o final da 1917, a saúde de Rodrigues Alves declinava.

Em novembro de 1918, a terrível epidemia de gripe espanhola atingiu o Brasil, causando inúmeras mortes. O presidente, já com a saúde debilitada, foi atingido pela gripe e não pôde tomar posse em 15 de novembro. Em seu lugar assumiu o vice-presidente Delfim Moreira, com o ministério composto pelo presidente eleito.

Rodrigues Alves faleceu no dia 16 de janeiro de 1919. Segundo o preceito constitucional, novas eleições foram convocadas para 13 de abril daquele ano. Foi eleito o paraibano Epitácio Pessoa, que colhia os louros de sua atuação como chefe da delegação brasileira na Conferência de Versalhes, que estabeleceu as condições da paz após a Primeira Guerra Mundial.

Epitácio estava ainda na França quando se deu a eleição presidencial. No decorrer de toda a sua vida Rodrigues Alves exerceu o jornalismo político. Nos tempos de estudante, colaborou nos jornais Imprensa Acadêmica e Opinião Conservadora, este dirigido por João Mendes de Almeida. A União Conservadora, ala dissidente formada por Antônio Prado dentro do Partido Conservador, tinha como órgão o jornal Correio Paulistano, onde escrevia com frequência. Já no período republicano, colaborava com assiduidade no jornal O Debate, órgão oficioso do governo.

No Correio Paulistano, alguns artigos sem assinatura lhe são atribuídos por seu biógrafo Afonso Arinos de Melo Franco. O jornalismo era para Rodrigues Alves um instrumento de ação política. Não publicou livros em vida, mas deixou cadernos manuscritos de anotações e artigos de cunho político publicados em jornais.

Nos anais dos Legislativos paulista e federal, encontram-se as mensagens presidenciais enviadas a cada ano de seu governo, como presidente do estado de São Paulo e da República, assim como os discursos pronunciados nas diferentes casas.



A família de Rodrigues Alves teve grande participação na política paulista nos últimos anos do Império e na Primeira República. Entre seus filhos, José de Paula Rodrigues Alves foi embaixador, Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho foi deputado federal, e Oscar Rodrigues Alves foi constituinte de 1934. Sua filha Maria casou-se com Álvaro Augusto da Costa Carvalho, que foi secretário estadual de Agricultura, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador por São Paulo. Joaquim José Cardoso de Melo Neto, casado com outra filha, Celina, foi governador e interventor em São Paulo (1937-1938). Tempos mais tarde, o sobrinho-neto Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto também foi secretário de Finanças e da Fazenda de São Paulo, governador do estado (1959-1963), ministro da Fazenda no governo de João Goulart e (1963) e senador (1967-1975).

Por fim, este mandato agradece especialmente ao Prof. Mateus Tognella e Dr. Lucas Gandolfe pela valiosa sugestão de incluir Francisco de Paula Rodrigues Alves no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, assim como fizeram com o campineiro Manuel Ferraz de Campos Salles, solicitação hoje consubstanciada no Projeto de Lei 4.103, de 2023, em trâmite na Câmara dos Deputados. Também estão labutando pela inclusão de Prudente José de Moraes Barros. Ou seja, prestigiam os 03 (três) primeiros presidentes civis da República brasileira!

Pelas razões expostas, espero contar com o apoio de meus nobres pares para a presente proposição, que inscreve o nome de **Francisco de Paula Rodrigues Alves no Livro dos Heróis da Pátria**.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2024.

Senadora da República Mara Gabrilli

